

PROJETO PREVENTIVO DE INCÊNDIO

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE / CEO – BUCAREIN

EDIFICAÇÃO EXISTENTE CONFORME DOCUMENTO
COMPROBATÓRIO EM ANEXO

PROJETO EMBASADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005 – CBMSC
(VER CONSIDERAÇÕES GERAIS DO MEMORIAL DESCRITIVO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

Fl. nº 426 / IEM.

Data: 03.06.92.

Para: SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO.

Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Divisão de Patrimônio.

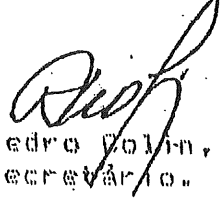
Assunto: TERMOS DE CESSÃO DE USO

Objetivando facilitar a atuação nessa unidade municipal, no que couber, apresentamos uma cópia dos Termos de Cessão de Uso dos prédios, bens móveis e equipamentos dos PAIs Bucarein e Boa Vista e também de duas ambulâncias, de propriedade da União.

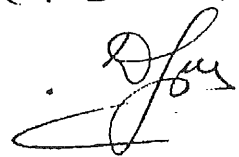
A Prefeitura/Secretaria Municipal de Saúde, mediante os termos, assume igualmente todas as obrigações e deveres inerentes à cessão, bem como aquelas destinadas à preservação, manutenção, recuperação e segurança dos bens cedidos, incluindo-se seguros, impostos e taxas.

Somos gratos pela colaboração.

Atenciosamente,


Pedro Polin,
Secretário.

Cópia p/ Serviço Patr. Móvel
Serviço Patr. Imóvel
Registre-se. 12.06.92



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPTO. PATRIMONIO

DATA 04,06,92 AS 11:15 HS.

1.

B.!

ADM-Patr.

SNG

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA UNIFICADO E DECENTRALIZADO DE SAÚDE

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/91

TERMO DE CESSÃO DE USO de bem imóvel
Firmado entre o GOVERNO DO ESTADO DE
SANTA CATARINA através da SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE e o Município de
JOINVILLE
com a intervenção do INSTITUTO NA-
CIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PRE-
VIDÊNCIA SOCIAL - "INAMPS" na forma
abaixo estabelecida:

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SE-
CRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, "SES" neste ato representada por seu
titular Dr. JOÃO GHIZZO FILHO, doravante denominado "CEDENTE" e,
do outro o MUNICÍPIO DE JOINVILLE doravante
denominado "CESSIONÁRIO" neste ato representado pelo Senhor Profei-
to Municipal Sr. LUIZ GOMES com a inter-
veniência do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDEN-
CIA SOCIAL, "INAMPS", neste ato representado pelo seu Coordenador
Dr. MARCOLINO CARGNIN CARRAL, com base na alínea "B" do parágrafo
único do Artigo 1º do Decreto nº 95.861 de 22.03.88 combinado com
o seu Artigo 2º, parágrafos 1º e 2º bem como, considerando o dis-
posto na Cláusula Quinta e seus parágrafos do Convênio firmado em
23.07.88 e Termo de Adesão do Município ao Convênio nº 01/88-SUDS,
resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO que se regerá
pelas cláusulas abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Cedente "SES" com a anuência do INAMPS na qualidade de interve-
niente, cede ao Município de Joinville (Ce-
sionário), o uso do imóvel de propriedade do interveniente, sito
a Rua Inácio Bastos, nº 531 na cidade de
Joinville para a exclusiva finalidade de ser
pelo Cessionário utilizado para o funcionamento dos serviços a se-
rem desempenhados, serviços estes previstos no Convênio de Munic.
palização, Termo de Adesão ao Convênio 01/88-SUDS firmado entre Ce-
dente e Cessionário e publicado no Diário Oficial do Estado em
13.477 de 20.06.88.

SUS
CLÁUSULA SEGUNDA - DO IMÓVEL

O Cessionário recebe o imóvel com todas as suas qualidades intrínsecas, ocultas e manifestas, compreendidas no aspecto imaterial da validade jurídica do título de domínio da interveniente sobre o bem e do Termo de Cessão de Uso nº 05/90 de 06.09.90, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o INAMPS, assumindo integralmente os riscos da evicção, subrogando-se amplamente nos direitos da Cedente para defesa do domínio contra terceiro reivindicante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

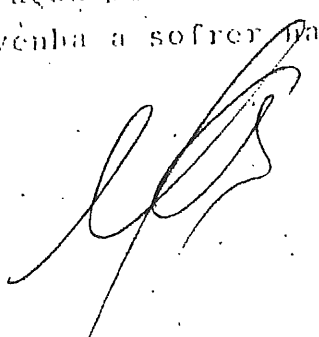
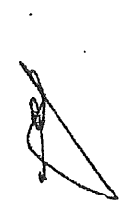

Faz parte integrante da presente Cessão de Uso e para o mesmo fim, todos os bens móveis e equipamentos vinculados ao imóvel mencionado na cláusula primeira, conforme inventário a ser elaborado pelo interveniente, devidamente rubricados pelo Cedente e Cessionário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS INSERVÍVEIS

Fica estipulado entre as partes que os bens móveis e equipamentos cedidos que forem considerados inservíveis, com anterior concordância do interveniente e da Cedente poderão ser vendidos, mediante licitação e o produto da venda reverterá ao orçamento do INAMPS, para incorporação aos recursos destinados ao SUS.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL E DOS FINS DO SEU USO

O Cessionário obriga-se:

- a) manter em perfeito estado de conservação, o imóvel, bens móveis, acessórios cedidos, bem como usá-los exclusivamente para os fins estabelecidos na Cláusula Primeira deste "Termo de Cessão de Uso".
 - b) correrão por conta do CESSIONÁRIO, todas as despesas concernentes ao uso e conservação do imóvel, taxas de qualquer natureza que sobre ele incidam e sobre bens móveis e equipamentos, o pagamento de prêmios de seguro contra incêndio, ou similar, despesas com administração do imóvel e de recuperação de danos que este porventura venha a sofrer na vigência deste TERMO DE CESSÃO DE USO.
- 
- 
- 

SUDS

- c) a não fazer qualquer alteração na estrutura, fachada e paredes internas e externas do imóvel, bem como, modificações estruturais dos bens móveis e equipamentos cedidos, sem a prévia e expressa autorização do interveniente e do Cedente, sob pena de ser obrigado a repor os citados bens em seu estado anterior, por sua própria conta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS

Fica entendido que a realização de quaisquer benfeitorias, efetuadas por conta do CESSIONÁRIO ainda que com a permissão prévia do interveniente e Cedente, não ensejará ao primeiro, nenhuma indenização das mesmas, ficando tais benfeitorias fazendo parte integrante do imóvel cedido, por ocasião da sua restituição ao CEDENTE e por tal razão, não pode o Cessionário reter em seu poder, o referido imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- a) O presente Termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer de suas obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível, ou, ainda por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se de sintere, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, prazo, durante o qual deverá ser restituído o imóvel objeto da cessão, juntamente com os seus bens móveis equipamentos, acessórios que lhe foram cedidos.
- b) A presente Cessão poderá ser rescindida de imediato, independente de ato especial, se vier a ser dada destinação diversa da prevista na Cláusula Primeira deste instrumento, quando então o CESSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas no imóvel, bem como, aos bens móveis e equipamentos a esse vinculados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

O CESSIONÁRIO se compromete a restituir ao CEDENTE, o imóvel juntamente com seus bens móveis, equipamentos e acessórios que lhe foram cedidos nos termos da Cláusula Primeira deste Instrumento, em estado normal de uso, a partir da data da extinção do Convênio celebrado entre Cedente e interveniente, e que objetivou a implantação do SUDS/SC, cuja restituição será formalizada através do Termo de Recebimento precedido da conferência pelo Cedente.

SUDS

CLÁUSULA NONA - DA VIGENCIA

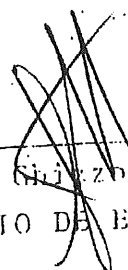
Este termo vigorará a partir da data da sua publicação no DOE, até a extinção do Convênio firmado entre o CEDENTE e o interveniente em 23.06.88, visando a implantação do SUDS/SC, ao qual ficará vinculado, conforme previsto na cláusula primeira.

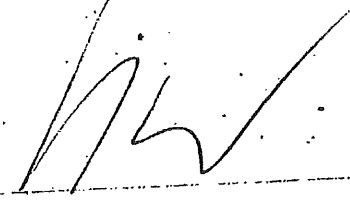
CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

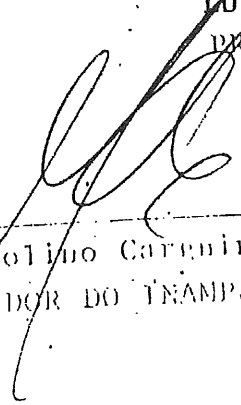
Fica eleito pelas partes o foro da Capital do Estado, para dirimir todas as questões oriundas deste instrumento de Cessão de Uso, podendo os casos omissos serem resolvidos de comum acordo.

E, assim, por estarem de acordo e ajustadas as partes assinam o presente TERMO DE CESSÃO DE USO em 5 (cinco) vias de igual forma e teor para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Florianópolis, 25 de Abril de 1991


Dr. João Sérgio Filho
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE


LUIZ GOMES
PREFEITO MUNICIPAL DE JOINVILLE


Dr. Marcelino Carenin Cabral
COORDENADOR DO TRAMPS

TESTEMUNHAS: 1 -

LEI Nº 1008/1969

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL
A DOAR UMA ÁREA DE TERRAS AO
INPS.**

O Prefeito Municipal de Joinville, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, por escritura pública, ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), uma área de terras com as seguintes confrontações e dimensões:

"Frente ao Sul, medindo 53,30m na rua Inácio Bastos; Fundos ao Norte, medindo 53,30m em mais terras da Prefeitura Municipal de Joinville, extremado a Leste, 34,00m na rua Urussanga e a Oeste, medindo 34,00m em terras de Afonso Morgenstern, contendo a área de 1.808,60m², sem benfeitorias".

Art. 2º A área de terras referida no artigo anterior destina-se à construção e instalação de uma unidade médica que operará sob o regime de comunidade de serviço.

Art. 3º No caso de pretender o INPS transferir a área doada deverá oferecê-la, preferencialmente à doadora.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joinville, 6 de junho de 1969.

NILSON W. BENDER
Prefeito Municipal

Data de Publicação no Sistema LeisMunicipais: 26/11/2009